

## Desemprego Jovem

O reforço da dotação orçamental da **Garantia para a Juventude até 2020**, normas mínimas a nível da UE sobre a qualidade dos estágios, salários dignos para os jovens, acesso aos serviços de emprego e medidas adicionais a nível nacional para incentivar o empreendedorismo são algumas das recomendações feitas pelo Parlamento Europeu para **combater o desemprego dos jovens**, que atingiu níveis sem precedentes na UE.

*ver pág. 10*

## Acordo Comercial UE/EUA

O PE debateu o **acordo de comércio e investimento** entre a UE e os Estados Unidos com o comissário Karel De Gucht. Vários deputados afirmaram que a celebração deste acordo poderá beneficiar o crescimento e a criação de emprego na UE, mas outros alertaram para os potenciais riscos a nível da erosão das normas sociais e ambientais, bem como do mecanismo de resolução de litígios entre os investidores e o Estado.

*ver pág. 5*

## Lituânia entra na Zona Euro

O Parlamento Europeu votou a favor da **adesão da Lituânia à zona euro** em 1 de janeiro de 2015. O país báltico, que será o 19º a adotar a moeda única, preenche todos os critérios de convergência estabelecidos no Tratado.

*ver pág. 7*

*em destaque:*

## PE elege Presidente Juncker

**Jean-Claude Juncker foi eleito presidente da Comissão Europeia** com 422 votos a favor, 250 contra e 47 abstenções. Para ser eleito, o candidato necessitava de uma maioria absoluta, ou seja, dos votos favoráveis de pelo menos 376 dos 751 eurodeputados.

O presidente eleito irá agora solicitar formalmente aos chefes de Estado e de Governo da UE que indiquem os candidatos a comissários. **O mandato de Juncker começa a 1 de novembro e terá uma duração de cinco anos.** Esta é a primeira vez que o Parlamento Europeu elege um presidente da Comissão.

Jean-Claude Juncker, 59 anos, antigo primeiro-ministro do Luxemburgo e ex-presidente do Eurogrupo, foi o candidato apresentado pelo PPE antes das eleições europeias para liderar o executivo comunitário. Dado que esta foi a família política que obteve mais assentos no novo Parlamento Europeu (221), foi ele o primeiro a ser considerado para o cargo.

Em 27 de junho, o Conselho Europeu propôs Juncker como candidato à presidência da Comissão (ao proporem um candidato, os chefes de Estado e de governo da UE têm de ter em conta os resultados das eleições europeias, de acordo com o Tratado de Lisboa). **Esta é a primeira vez que o Parlamento Europeu elege um presidente da Comissão.**

Antes da votação em plenário, Juncker apresentou aos eurodeputados as suas orientações políticas para os próximos cinco anos.

*ver pág. 3*

## *Índice*

<b>Eleição do Presidente da Comissão Europeia.....</b>	<b>3</b>
<b>Aprovação de novos Comissários.....</b>	<b>4</b>
<b>Acordo comercial UE/EUA.....</b>	<b>5</b>
<b>Adesão da Lituânia à zona euro.....</b>	<b>7</b>
<b>Criação de delegação do Parlamento Europeu para as relações com o Brasil...8</b>	
<b>Combate ao desemprego jovem.....</b>	<b>10</b>
<b>Ordem do dia da sessão.....</b>	<b>15</b>

### *Siglas dos Grupos Políticos:*

**PPE**- Partido Popular Europeu  
**S&D**- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas  
**ALDE**- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa  
**Verdes/ALE**- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia  
**CRE**- Conservadores e Reformistas Europeus  
**CEUE/EVN**- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica  
**ELDD**- Europa da Liberdade e da Democracia

*Responsável: Pedro Paulos e Cruz*

#### *Fontes:*

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site [www.carloscoelho.eu](http://www.carloscoelho.eu)*

# **Parlamento Europeu elege Juncker para presidente da Comissão com 422 votos a favor**

Jean-Claude Juncker foi eleito presidente da Comissão Europeia com 422 votos a favor, 250 contra e 47 abstenções. O presidente eleito irá agora solicitar formalmente aos chefes de Estado e de governo da UE que indiquem os candidatos a comissários. O mandato de Juncker começa a 1 de novembro e terá uma duração de cinco anos. Esta é a primeira vez que o Parlamento Europeu elege um presidente da Comissão.

Para ser eleito, o candidato necessitava de uma maioria absoluta, ou seja, dos votos favoráveis de pelo menos 376 dos 751 eurodeputados. Obteve 422 votos a favor, 250 contra e 47 abstenções. A votação foi secreta, como estipulado pelo Regimento do Parlamento Europeu.

## **Resultados da votação**

Número total de eurodeputados: 751

Votantes: 729

422 votos a favor

250 votos contra

47 abstenções

10 votos inválidos

Jean-Claude Juncker, 59 anos, antigo primeiro-ministro do Luxemburgo e ex-presidente do Eurogrupo, foi o candidato apresentado pelo PPE antes das eleições europeias para liderar o executivo comunitário. Dado que esta foi a família política que obteve mais assentos no novo Parlamento Europeu (221), foi ele o primeiro a ser considerado para o cargo. Em 27 de junho, o Conselho Europeu propôs Juncker como candidato à presidência da Comissão (ao proporem um candidato, os chefes de Estado e de governo da UE têm de ter em conta os resultados das eleições europeias, de acordo com o Tratado de Lisboa). Esta é a primeira vez que o Parlamento Europeu elege um presidente da Comissão.

Antes da votação em plenário, Juncker apresentou aos eurodeputados as suas orientações políticas para os próximos cinco anos.

## **Próxima etapa: apresentação dos candidatos a comissários**

Jean-Claude Juncker irá agora solicitar formalmente aos chefes de Estado e de governo da UE que indiquem os respetivos candidatos a comissários.

Os candidatos a membros do futuro executivo comunitário serão propostos, de comum acordo, pelo Conselho (governos nacionais) e pelo presidente eleito da Comissão.

Em setembro/outubro, os comissários indigitados irão participar em audições nas comissões competentes do Parlamento Europeu, de acordo com os respetivos pelouros. As audições serão públicas. Após as audições, cada comissão parlamentar reunir-se-á à porta fechada para avaliar a competência e o desempenho do candidato. Essa avaliação será depois enviada à Conferência dos Presidentes

(presidente do PE e líderes dos grupos políticos). No passado, estas audições já levaram candidatos a comissários a retirar-se ou a mudar de portfolio.

Terminado este processo, o presidente eleito da Comissão apresentará o colégio de comissários e o seu programa numa sessão parlamentar (20-23 de outubro, a confirmar).

O presidente da Comissão, o Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e os restantes membros da Comissão terão de ser aprovados enquanto órgão colegial pelo Parlamento Europeu (o PE elegerá ou rejeitará a Comissão por maioria dos votos expressos). Se o Parlamento aprovar o presidente e os comissários, estes poderão de seguida ser formalmente nomeados pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada.

## **Eurodeputados aprovam novos comissários para Assuntos Económicos, Indústria, Justiça e Orçamento**

**O Parlamento Europeu deu o seu aval aos quatro comissários que vão substituir Rehn, Tajani, Reding e Lewandowski na Comissão liderada por Durão Barroso. Até ao final de outubro, o finlandês Jyrki Katainen ficará com a pasta dos Assuntos Económicos e Monetários, o italiano Ferdinando Nelli Feroci com a Indústria, a luxemburguesa Martine Reicherts com a Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania e o polaco Jacek Dominik com o Orçamento.**

Olli Rehn, Antonio Tajani, Viviane Reding e Janusz Lewandowski foram eleitos para o Parlamento Europeu em maio e assumiram funções no dia 1 de julho. Os candidatos indigitados para os substituir até ao final do mandato da atual Comissão, em 31 de outubro, foram aprovados em bloco pelo Parlamento Europeu por **421 votos a favor, 170 contra e 32 abstenções**, depois de terem participado em audições nas comissões parlamentares competentes na segunda-feira à noite.

Jyrki Katainen, antigo primeiro-ministro da Finlândia, substitui o compatriota Olli Rehn na pasta dos Assuntos Económicos e Monetários. Dos quatro, deverá ser o único a ser reconduzido na Comissão que entra em funções em novembro, mas com um pelouro diferente, uma vez que Jean-Claude Juncker disse que vai atribuir esta pasta a um candidato socialista.

Ferdinando Nelli Feroci, antigo diplomata, fica com a Indústria e Empreendedorismo, Martine Reicherts, atual diretora-geral do Serviço das Publicações da UE, com a Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, e Jacek Dominik, subsecretário de Estado no ministério polaco das Finanças, com a Programação Financeira e Orçamento. O Conselho deverá oficializar as nomeações nos próximos dias.

## **Acordo comercial UE/EUA: Eurodeputados apontam vantagens e riscos no debate com a Comissão**

Os eurodeputados debateram o acordo de comércio e investimento entre a UE e os Estados Unidos com o comissário Karel De Gucht. Vários deputados afirmaram que a celebração deste acordo poderá beneficiar o crescimento e a criação de emprego na UE, mas outros alertaram para os potenciais riscos a nível da erosão das normas sociais e ambientais, bem como do mecanismo de resolução de litígios entre os investidores e o Estado. A falta de transparência foi criticada por muitos parlamentares.

Um acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, na sigla inglesa) entre a UE e os Estados Unidos *"trará muitas oportunidades para os cidadãos, consumidores e empresas. Significa a eliminação de direitos aduaneiros em relação a automóveis, camiões, calçado e vestuário e não a redução dos direitos dos trabalhadores ou dos níveis de proteção dos consumidores"*, disse Daniel Caspary (PPE, Alemanha).

Para David Martin (S&D, Reino Unido), este acordo *"poderá ser a última oportunidade da UE de definir padrões a nível global"*. De outro modo, será a China, o Brasil ou a Índia a fazê-lo, *"colocando as nossas indústrias em desvantagem significativa"*. O eurodeputado disse à Comissão Europeia que o seu grupo político não iria autorizar que carne tratada com hormonas ou organismos geneticamente modificados (OGM) entrassem no mercado europeu nem deixar que o mecanismo de resolução de litígios entre os investidores e o Estado (*"Investor-State Dispute Settlement"*, ISDS) se tornasse numa *"porta das traseiras"* para dar mais poder às corporações.

*"Os indivíduos dos dois lados do Atlântico terão mais escolha sobre os produtos, com melhores padrões e a preços mais baixos, mas temos de garantir que o acordo beneficiará as empresas dos dois lados, independentemente do tamanho"*, afirmou Emma McClarkin (ECR, Reino Unido).

*"Quase nos esquecemos de que também há oportunidades que não são controversas, como na área dos contratos públicos"*, frisou Marietje Schaake (ALDE, Países Baixos). *"O mercado norte-americano deverá abrir-se às nossas empresas"* e *"acabar com o protecionismo explícito ou implícito"*.

Para Helmut Scholz (CEUE/EVN, Alemanha), as negociações devem acabar. *"Tendo em conta o escândalo de espionagem da NSA, não há fundamento para um acordo comercial se os Estados Unidos não se comprometerem a proteger os dados pessoais dos cidadãos europeus e dos operadores económicos"*, afirmou.

O eurodeputado do grupo dos Verdes/ALE, Yannick Jadot (França), acredita que *"o que está em jogo nestas negociações é como lidamos com a proteção do ambiente, questões sanitárias e sociais, os serviços públicos, a propriedade intelectual, a agricultura e os alimentos. Estes assuntos fundamentais estão a ser negociados à porta fechada (...) para diluir o projeto europeu num grande mercado transatlântico"*.

*"Não se trata apenas de direitos aduaneiros, que já são baixos, mas de um instrumento para remover 'obstáculos' ao comércio livre - como os direitos que os*

*nossos trabalhadores adquiriram após anos e anos de luta, regras ambientais destinadas a reduzir a poluição, normas de segurança alimentar que nos protegem de carne com hormonas, OGM e substâncias químicas perigosas", afirmou Tiziana Beghin (EFDD, Itália).*

*"Os Estados Unidos são bem mais espertos do que nós", disse Matteo Salvini (Itália), dos não inscritos. "Estão a proteger-se a eles próprios, enquanto Bruxelas nem sequer é capaz de proteger o que produzimos na Europa".*

O comissário europeu com a pasta do Comércio, Karel De Gucht, assegurou aos eurodeputados que o que está em jogo nas negociações não é reduzir os padrões europeus, mas sim *"reduzir a burocracia"*. Disse também que a Comissão irá procurar aumentar a transparência pedindo ao Conselho que torne público o seu mandato de negociação.

A sexta ronda de negociações entre a UE e os Estados Unidos realiza-se de 14 a 18 de julho, em Bruxelas. No futuro, depois de concluídas as negociações, o acordo só poderá entrar em vigor com a aprovação do Parlamento Europeu.

#### **Intervenção de eurodeputados portugueses:**

**João Ferreira (CEUE/EVN):** *"Este acordo de livre comércio União Europeia-Estados Unidos é um daqueles temas capazes de separar águas. Separar as águas entre os defensores do comércio regulado, assente em relações de complementaridade, e os defensores de um comércio desregulado, assente na competição entre países produtores e produções. Entre os defensores do primado do interesse público, do respeito pelos direitos económicos, sociais e laborais, e os defensores dos interesses e dos lucros das multinacionais e dos monopólios, da corrida ao fundo no plano dos direitos e da desvalorização da força de trabalho. Entre os defensores da sustentabilidade ambiental e da salvaguarda da saúde pública, e os que em troca de novos mercados cedem perante princípios como o da precaução. Entre os defensores dos serviços públicos como inalienável conquista civilizacional e os que defendem o avanço do mercado, qual rolo compressor, sobre as funções sociais dos Estados. Este é um confronto entre os que defendem o direito ao desenvolvimento e o direito a produzir, de todos os povos e países, e os que defendem o protecionismo dos ricos e poderosos".*

**Pedro Silva Pereira (S&D):** *"A TTIP é uma parceria verdadeiramente estratégica e uma grande oportunidade para a economia europeia. Está em jogo não apenas um ambicioso acordo de comércio entre as duas maiores economias mundiais, mas também um poderoso movimento de convergência regulatória que marcará o mundo do comércio internacional em direção a uma globalização mais regulada.*

*Se a TTIP acautelar devidamente os interesses da União e dos seus Estados-Membros pode trazer muitas vantagens para as nossas economias. O Parlamento Europeu declarou já o seu apoio ao desenvolvimento destas negociações e defendeu a salvaguarda dos valores europeus e dos aspetos sociais, laborais e ambientais. E é importante que a Comissão leve a sério as posições do Parlamento, que tem competências para a aprovação final deste acordo.*

*Deixo aqui duas notas: a primeira, Sr. Comissário, é preciso conquistar o apoio da opinião pública e só a transparência será merecedora de confiança - e o que foi feito não basta. Pergunto, por isso, que iniciativas vai a Comissão tomar para reforçar a transparência na negociação da TTIP? A segunda questão diz respeito aos serviços*

*financeiros. Sabemos das resistências da parte americana. Queremos saber se o Sr. Comissário pondera um acordo paralelo".*

**Ricardo Serrão Santos (S&D):** *"Relativamente aos termos do Pacto Atlântico, não sejamos inocentes, nem tenhamos ilusões: haverá ganhos mas haverá também perdas e riscos. Sei que se anunciam ganhos potenciais, mas preocupam-me em particular as perdas que se anunciam no sector agrícola. Faço aqui um apelo para que os agricultores europeus não sejam tornados reféns de um potencial acordo.*

*Há riscos claros, por exemplo, no sector da carne e dos lacticínios em que os Estados Unidos são altamente competitivos em termos de preço. O risco é ainda maior para as economias agrícolas de pequena escala, como é o caso, por exemplo, dos Açores e exatamente em relação a estes sectores. Ainda no meu país, entre outros, a fileira do tomate poderá sofrer um impacto tal ao ponto de conduzir ao abandono da produção.*

*Reforço, portanto, o apelo à Comissão Europeia para que tenha em particular atenção os interesses dos agricultores europeus na negociação dos termos do acordo com os Estados Unidos e que se estabeleçam os equilíbrios necessários para a preservação e dinamização da prática da agricultura na Europa, sobretudo onde a atividade agrícola adquire uma preponderância especial que é dificilmente substituível como atividade económica".*

## **Parlamento Europeu dá luz verde à adesão da Lituânia à zona euro em 2015**

**O Parlamento Europeu votou a favor da adesão da Lituânia à zona euro em 1 de janeiro de 2015. O país báltico, que será o 19º a adotar a moeda única, preenche todos os critérios de convergência estabelecidos no Tratado, com uma taxa de inflação média de 0,6%, abaixo do valor de referência de 1,7%, um défice orçamental de 2,1% do PIB em 2013, também abaixo do valor de referência de 3%, e uma dívida pública de 39,4% do PIB, quando o valor de referência é de 60%.**

Os eurodeputados aprovaram a adesão da Lituânia à zona euro por 545 votos a favor, 116 contra e 34 abstenções. O Parlamento Europeu tem de ser consultado sobre o alargamento da zona euro antes de o Conselho adotar uma decisão sobre a admissão, o que deverá acontecer no Conselho "Assuntos Gerais" de 23 de julho.

O Conselho Europeu de 27 de junho também apoiou a proposta da Comissão de que a Lituânia adote o euro em janeiro do próximo ano, saudando o país pelo "*grau de convergência atingido, com base em políticas económicas, orçamentais e financeiras sólidas*".

De acordo com o Banco Central Europeu, a Lituânia preenche todos os critérios de convergência estabelecidos no Tratado: realização de um elevado grau de estabilidade dos preços, sustentabilidade das finanças públicas, respeito das margens de flutuação normais no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu e caráter duradouro da convergência alcançada pelo Estado-Membro e da sua participação no mecanismo de taxas de câmbio, refletido nos níveis das taxas de juro a longo prazo.

A Lituânia será o 19º membro da zona euro, depois da Letónia (2014), Estónia (2011), Eslováquia (2009), Chipre e Malta (2008), Eslovénia (2007), Grécia (2001), Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal (1999).

## **Nova delegação do Parlamento Europeu para as relações com o Brasil inclui seis eurodeputados portugueses**

O Parlamento Europeu aprovou os membros que vão integrar as 44 delegações interparlamentares, entre elas a nova delegação para as relações com o Brasil. Paulo Rangel, Carlos Zorrinho, António Marinho e Pinto e Inês Zuber vão ser membros titulares desta delegação e Cláudia Monteiro de Aguiar e Francisco Assis membros suplentes.

Esta legislatura, o Parlamento Europeu terá pela primeira vez uma delegação que se ocupará exclusivamente das relações com o Brasil. O plenário aprovou os membros titulares (efetivos) desta e das restantes 43 delegações interparlamentares, que são responsáveis pelos contactos do Parlamento Europeu com países fora da UE. Os presidentes e vice-presidentes das delegações serão eleitos depois do verão, nas respetivas reuniões constitutivas.

### **Membros portugueses das delegações**

*(apenas a lista dos membros titulares é aprovada pelo plenário, incluímos os membros suplentes a título indicativo com a ressalva de que essa lista ainda não está fechada)*

Delegação para as relações com a República Federativa do **Brasil**: Paulo Rangel (PPE), Carlos Zorrinho (S&D), António Marinho e Pinto (ALDE) e Inês Zuber (CEUE/EVN), como membros titulares, Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE) e Francisco Assis (S&D) como membros suplentes

Delegação para as relações com o **Mercosul**: Nuno Melo (PPE), Paulo Rangel (PPE) e Francisco Assis (S&D), como membros titulares, Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE), António Marinho e Pinto (ALDE) e Inês Zuber (CEUE/EVN) como membros suplentes

Delegação à **Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (Eurolat)**: Nuno Melo (PPE), Paulo Rangel (PPE), Francisco Assis (S&D), Elisa Ferreira (S&D), Carlos Zorrinho (S&D), José Inácio Faria (ALDE) e Inês Zuber (CEUE/EVN), como membros titulares, Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE) e António Marinho e Pinto (ALDE) como membros suplentes

Delegação à **Assembleia Parlamentar Paritária África, Caraíbas e Pacífico ACP-UE**: Fernando Ruas (PPE), Carlos Zorrinho (S&D) e João Ferreira (CEUE/EVN), como membros titulares, José Manuel Fernandes (PPE) e Pedro Silva Pereira (S&D) como membros suplentes

Delegação à **Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo**: José Manuel Fernandes (PPE), Ana Gomes (S&D), Liliana Rodrigues (S&D) e Miguel



Viegas (CEUE/EVN), como membros titulares, e Fernando Ruas (PPE) como membro suplente

Delegação para as Relações com os **Países do Maxereque**: Liliana Rodrigues (S&D) e Marisa Matias (CEUE/EVN), como membros titulares, Fernando Ruas (PPE) e Miguel Viegas (CEUE/EVN) como membros suplentes

Delegação para as Relações com os **Países do Magrebe** e a União do Magrebe Árabe: José Manuel Fernandes (PPE)

Delegação para as Relações com os **Estados Unidos**: Sofia Ribeiro (PPE) e Ana Gomes (S&D), como membros titulares, e Ricardo Serrão Santos (S&D) como membro suplente

Delegação para as Relações com o **Canadá**: Ricardo Serrão Santos (S&D), como membro titular, e Sofia Ribeiro (PPE) como membro suplente

Delegação para as Relações com a **Suíça** e a **Noruega**, à Comissão Parlamentar Mista UE-**Islândia** e à Comissão Parlamentar Mista do **Espaço Económico Europeu**: Carlos Coelho (PPE)

Delegação para as Relações com os **Países da América Central**: José Inácio Faria (ALDE)

Delegação para as Relações com o **Japão**: Francisco Assis (S&D), como membro titular, Carlos Coelho (PPE) e José Inácio Faria (ALDE) como membros suplentes

Delegação para as Relações com a República Popular da **China**: Maria João Rodrigues (S&D), como membro titular, e Nuno Melo (PPE) como membro suplente

Delegação à Comissão Parlamentar Mista UE-**Turquia**: Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE)

Delegação à Comissão Parlamentar de Cooperação UE-**Rússia**: Paulo Rangel (PPE) e Elisa Ferreira (S&D), ambos membros suplentes

Delegação para as Relações com a **Índia**: Maria João Rodrigues (S&D), membro suplente

Delegação à Comissão Parlamentar Mista UE-**Chile**: Elisa Ferreira (S&D), membro suplente

## **Links**

### **Lista das Delegações interparlamentares -**

<http://www.carloscoelho.eu/dossiers/view/3/616>

## **Parlamento Europeu propõe mais medidas para combater o desemprego jovem**

O reforço da dotação orçamental da Garantia para a Juventude até 2020, normas mínimas a nível da UE sobre a qualidade dos estágios, salários dignos para os jovens, acesso aos serviços de emprego e medidas adicionais a nível nacional para incentivar o empreendedorismo são algumas das recomendações feitas pelo Parlamento Europeu para combater o desemprego dos jovens, que atingiu níveis sem precedentes na UE. Mais de 5,3 milhões de jovens europeus não têm trabalho.

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução apelando à UE e aos Estados-Membros para que tomem mais medidas para combater o desemprego dos jovens, que enfrentam uma situação "*particularmente grave*" no mercado laboral.

Os eurodeputados querem que a Comissão proponha um quadro jurídico europeu com normas mínimas para a implementação de garantias para a juventude no que se refere, por exemplo, à qualidade dos estágios, a salários dignos para os jovens e ao acesso aos serviços de emprego. Estas medidas devem abranger os jovens até aos 30 anos, uma vez que "*o atual limite de 25 anos que é aplicado na Garantia para a Juventude é insuficiente*", diz o PE numa resolução aprovada por 502 votos a favor, 112 contra e 22 abstenções.

A Comissão deverá avançar com estas normas mínimas a nível europeu caso as recomendações existentes relativamente às garantias para a juventude não sejam respeitadas pelos Estados-Membros, dizem os eurodeputados.

### **Mais fundos para a Garantia para a Juventude até 2020**

Os seis mil milhões de euros atribuídos à "*Iniciativa para o Emprego dos Jovens*" não são suficientes para combater o desemprego de forma duradoura, diz a resolução. Os eurodeputados pedem à Comissão e aos Estados-Membros que dêem prioridade à Garantia para a Juventude e que aumentem a respetiva dotação orçamental para 2014-2020 (a revisão do atual quadro financeiro plurianual está prevista para finais de 2016, o mais tardar).

A Iniciativa para o Emprego dos Jovens não deve impedir os Estados-Membros de utilizar outros programas da UE, como por exemplo o Fundo Social Europeu ou o ERASMUS+, para financiar projetos mais amplos relacionados com os jovens, sobretudo nos domínios do empreendedorismo jovem, da pobreza e da inclusão social, acrescenta o PE.

Os eurodeputados defendem também que os programas da UE devem permitir uma certa flexibilidade para que o financiamento possa ser utilizado em áreas onde o desemprego dos jovens seja mais elevado, tendo em conta as necessidades locais de cada país.

### **Ensino mais adaptado às exigências do mercado de trabalho**

O PE exorta os Estados-Membros a tomarem medidas para a prevenção do abandono escolar ou promoção de sistemas de formação e aprendizagem e a criarem estratégias destinadas aos jovens que não estão empregados, não estudam e não seguem qualquer formação.

Os países da UE devem melhorar a cooperação entre as empresas e o setor da educação, de modo a fazer corresponder os programas de ensino às exigências do mercado de trabalho. O PE apela para que se centrem em setores com potenciais elevados de crescimento e criação de emprego e que tornem prioritários, nos seus programas educativos, os domínios da ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

### **Reindustrializar a Europa e promover o empreendedorismo**

O PE pede à Comissão que assuma um papel de liderança na iniciativa de reindustrialização da Europa, *"promovendo a competitividade industrial sem impor às empresas uma excessiva carga regulamentar, facilitando a criação de emprego, combatendo o desemprego e aumentando as oportunidades para os jovens, permitindo-lhes criar as suas próprias empresas ou encontrar um emprego"*.

A função das pequenas e médias empresas pode ser determinante para a criação de emprego para os jovens, salienta o PE, sublinhando a importância da promoção do empreendedorismo através, por exemplo, de estágios e postos de trabalho para licenciados em pequenas empresas e microempresas para melhorar a sua experiência no ramo empresarial, sensibilizá-los para as oportunidades e capacitá-los para a criação das suas próprias empresas.

As taxas de desemprego entre a população jovem atingiram níveis sem precedentes, situando-se numa média de 23% no conjunto da UE e ultrapassando os 50% em alguns Estados-Membros. Em março deste ano, 5,3 milhões de jovens europeus com menos de 25 anos estavam desempregados.

### **Intervenção de eurodeputados portugueses:**

**Maria João Rodrigues (S&D):** em nome do grupo S&D – *"Madam President, I am a former Minister of Labour and now Vice-Chair of the S&D Group on social and economic issues. I have a very difficult question for the Commission but first let me greet Commissioner László Andor, who has done a great deal in a very difficult situation. Commissioner, you fought for job creation, you fought for social investment: investing in people is the right way to invest in Europe. Lastly, you launched the Youth Guarantee.*

*Now the situation is as follows. In spite of many efforts, the unemployment rate remains very high in Europe, particularly the youth unemployment rate. Beyond that we have divergences, economic and social divergences, between regions and Member States, which never existed in the past. So something is deeply wrong in Europe. I do not believe there is a future for Europe if there is no future for young people in Europe. This means that we need to have a much higher ambition as regards tackling this problem.*

*My question is therefore very simple. Based on your experience and what has been done so far, which stronger instruments should we have in the European Union to tackle and reduce youth unemployment and stop these economic and social divergences? These divergences are undermining our European ambition, our European project and our European cohesion. We are losing the win-win game we should have in Europe.*

*So my question for you, Commissioner, is what ideas do you have about that? What is the stronger instrument we should be building together in order to come before our citizens with a convincing response?"*

**Inês Zuber (CEUE/EVN):** *em nome do Grupo GUE/NGL - "Senhora Presidente, há quanto tempo estamos aqui, andamos por aqui, a discutir, a lamentar, a ouvir comiserações, promessas de tudo se fazer para resolver um problema que está a deixar os jovens de uma geração inteira sem a possibilidade de planificarem com segurança e dignidade o seu projeto de vida? É importante percebermos o que se alterou desde então: pouco ou nada. 23 % dos jovens da União Europeia estão desempregados, sendo que em alguns países, como a Grécia e a Espanha, mais de metade dos jovens destes países estão desempregados. Em vários países como o meu, por exemplo, tenta-se hoje manipular as estatísticas, omitindo que uma ligeira diminuição desta estatística se deve antes também à sangria desatada da imigração, ao número crescente de jovens que são forçados a deixar o seu país, situação que só encontra equivalente se regressarmos a tempos da pobreza de há várias décadas atrás quando tínhamos o fascismo. E omitindo também que aqueles postos de trabalho que são criados têm vínculos laborais muito precários, que são substituídos... o trabalho com direitos por trabalho sem direitos.*

*Agora temos que saber o seguinte: como é que este programa de Garantia Jovem está a diferir, está a ser diferente de todos os outros programas que já existiram antes? Programas ocupacionais e de estágios que não davam nenhuma perspetiva de futuro, mas que existem já há vários anos. E, portanto, no que é que este programa é distinto desses que todos já conhecemos? E, se queremos de facto acabar com a precariedade, uma das chagas que mais compromete o presente e o futuro destes jovens trabalhadores... Precisamos de saber da Comissão Europeia, por favor, para nos compreendermos, porque é que nas recentes recomendações do Semestre Europeu impõem a vários países, como por exemplo o meu, a flexibilização dos salários e a implementação de formas de regulação dos contratos coletivos de trabalho? Portanto, acabar com a contratação coletiva, um dos garantes dos direitos do trabalho. Temos que compreender isso, senão não compreendemos nada do que se está a passar".*

**José Manuel Fernandes (PPE):** *" Senhora Presidente, Senhor Comissário, a União Europeia não pode desperdiçar a energia, a criatividade, as competências dos jovens. São um ativo essencial para o crescimento e a coesão social e territorial. Os jovens são uma solução e não um problema. Assim, os números de desempregados dos jovens não são aceitáveis. São ainda mais preocupantes nas regiões mais pobres e nos territórios de baixa densidade.*

*A União Europeia, através da iniciativa Emprego Jovem, possibilita a utilização de 6000 milhões de euros para 2014 e 2015. Fica aqui uma pergunta ao Sr. Comissário: E depois, e de 2016 a 2020, qual é a proposta que tem? A União Europeia tem ainda programas como O teu primeiro emprego EURES , programas dentro do Erasmus +, tem os fundos da política de coesão, nomeadamente o Fundo Social Europeu, que deve ser utilizado para a criação de emprego. Mas exige-se uma utilização eficiente e rápida destes fundos e destes programas.*

*Neste momento, assistimos ainda a um paradoxo: temos desemprego, mas também temos ofertas de emprego por preencher. Reforçando a sua importância estratégica na investigação e permanente desenvolvimento do conhecimento, a formação dada, nomeadamente a partir do Fundo Social Europeu, não pode dissociar-se da realidade nem das dinâmicas do mercado. Tal será útil para os jovens e para as empresas.*

*No domínio da criação de emprego, destaco ainda as pequenas e médias empresas e a atenção que devem ter e o ambiente favorável que lhes devemos dar. Temos fundos, temos programas, temos instrumentos, mas temos de reduzir a burocracia, porque só dessa forma conseguiremos fomentar o empreendedorismo e a capacidade de iniciativa empresarial dos jovens".*

(O orador aceita responder a uma pergunta segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do artigo 162.º, n.º 8, do Regimento)

*Resposta segundo o procedimento "cartão azul" . – "Eu devo-me ter explicado mal porque eu disse que nós temos bastantes programas, bastantes recursos. Falei na iniciativa Emprego Jovem, que tem 6000 milhões de euros. O que também disse é que não bastam só os fundos e os programas. Eles têm de ser executados rapidamente, mas depois cada um tem que fazer o seu trabalho de casa. Depois cada Estado-Membro, também ele, tem de reduzir a burocracia, tem de reduzir os obstáculos ao crescimento e ao emprego. Nós temos fundos, temos programas, temos depois de reduzir também todos os entraves ao crescimento".*

**José Inácio Faria (ALDE):** *"Senhor Presidente, caros Colegas, esta é a minha primeira intervenção nesta Casa. Num momento em que assistimos a um ligeiro crescimento económico na União Europeia, verificamos que se mantêm os números gritantes do desemprego jovem e as enormes assimetrias geográficas que a eles respeitam. Entre os 7,8 % na Alemanha e os 56,8 % na Grécia, passando pelos 38,1 % em Portugal.*

*Acredito que é chegado o momento de fazer mais pelo crescimento na Europa e apostar no investimento e na competitividade, utilizando os fundos estruturais, bem como os fundos do Banco Europeu de Investimento, de forma a alavancar o investimento privado e a criação do emprego jovem.*

*O Sr. Andor referiu que o emprego jovem estará no topo da agenda política do novo Presidente da Comissão Europeia. É uma das medidas, e uma das medidas é precisamente o alargamento da garantia jovem dos 25 para os 30 anos de idade, por forma a abranger os cerca de 6,8 milhões de jovens denominados NEET – os que não estão em situação de emprego, de educação ou de formação.*

*Indo um pouco mais além, defendo ainda a utilização das contribuições do Fundo Social Europeu, do FEDER e do FEADER, essenciais para a inclusão sustentável dos jovens no mercado de trabalho. Acredito, Sr. Presidente, caros Colegas, que, sem uma aposta mais firme no combate ao desemprego jovem, a Europa acabará por condenar toda uma geração à exclusão social e à perda da própria cidadania europeia. Estará a Comissão, Sr. Andor, verdadeiramente empenhada para enfrentar este desafio?"*

**Sofia Ribeiro (PPE):** *"Senhor Presidente, saúdo a Comissão pelas iniciativas hoje apresentadas, saudando em particular o apoio anunciado para as regiões com maiores taxas de desemprego. Na última legislatura, foram lançados vários programas extremamente importantes no combate ao desemprego jovem. No entanto, estas respostas não têm tido o sucesso que pretendíamos.*

*Na minha região, uma região ultraperiférica, os Açores, o desemprego jovem atinge valores absurdos de cerca de 40 %. Há, portanto, ainda muito a fazer na criação de emprego digno e estável. O combate ao desemprego jovem tem de ser muito mais*

*do que uma apologia invocada nas lutas partidárias. Exige fundamentação, compromissos e parcerias dos diferentes autores.*

*Defendo que temos de criar garantias para os maiores de 25 anos, tal como é feito no meu país, Portugal, e não apenas na França, apoiando também, desta forma, os jovens mais qualificados, que ficam dotados de maiores ferramentas e competências profissionais, promovendo assim a mobilidade no ensino e a nível profissional.*

*Defendo igualmente a necessidade de articular com as pequenas e médias empresas, no sentido de se criarem incentivos fiscais na contratação de jovens e de se desenvolverem iniciativas que promovam o empreendedorismo e as start-up europeias. Mas o combate ao desemprego jovem requer o combate às desigualdades sociais e culturais no espaço europeu, o que implica termos igualmente de propiciar um ensino de excelência, reforçando o ensino profissional e a aprendizagem dual, a par de monitorizarmos os programas criados, quer na caracterização dos seus intervenientes quer no efeito dos mesmos".*

# Ordem do dia 14 a 17 Julho de 2014

## ► Segunda-feira, 14 de Julho

**17:00 - 19:00**

Reinício da sessão e ordem de trabalhos  
Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

## ► Terça-feira, 15 de Julho

**10:00 - 12:30 DEBATE PRIORITÁRIO**

Declaração do candidato a Presidente da Comissão

**12:30**

Eleição do Presidente da Comissão

**15:00 - 22:00**

A situação na Ucrânia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) - *Declaração da Comissão 2*

Retirada da diretiva relativa à licença de maternidade - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Destruição das armas químicas da Síria no Mar Mediterrâneo entre a Grécia e a Itália - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Adoção do euro pela Lituânia em 1 de janeiro de 2015 - *Relatório: Werner Langen (A8-0001/2014)*

## ► Quarta-feira, 16 de Julho

**09:00 - 09:15 VOTAÇÃO**

Nomeação de quatro membros da Comissão Europeia - Jyrki KATAINEN (FI), Jacek DOMINIŁ (PL), Ferdinando NELLI FEROCI (IT), Martine REICHERTS (LU)

**09:15 - 11:50**

O emprego dos jovens - *Declaração da Comissão*

**12:00 - 14:00**

**VOTAÇÃO seguida de declarações de voto**

Adoção do euro pela Lituânia em 1 de janeiro de 2015 - *Relatório: Werner Langen (A8-0001/2014)*

Composição numérica das delegações interparlamentares

**15:00 - 21:00**

Situação do pagamento no orçamento da UE atendendo ao nível sem precedentes de autorizações pendentes

da UE - *Declarações do Conselho e da Comissão*

A situação no Iraque - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Escalada da violência entre Israel e a Palestina - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Crime de agressão - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

► **Quinta-feira, 17 de Julho**

**10:00 - 11:00**

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Duração máxima: uma hora (artigo 135.º do Regimento)

Sudão: o caso de Meriam Yahia Ibrahim

Liberdade de expressão e de reunião no Egito

Nigéria: recentes ataques do Boko Haram

**11:00 - 13:00 VOTAÇÃO seguida de declarações de voto**

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Nomeações para as delegações interparlamentares

A situação na Ucrânia - *Propostas de resolução*

O emprego dos jovens - *Propostas de resolução*

A situação no Iraque - *Propostas de resolução*

Escalada da violência entre Israel e a Palestina - *Propostas de resolução*

Crime de agressão - *Propostas de resolução*

**Tempo de uso da palavra (artigo 162.º do Regimento)**